

economia

Projeto de isenção do IR sai semana que vem

Anúncio foi realizado nesta quinta-feira pela ministra da Secretaria das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann

/ CONJUNTURA

A ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria das Relações Institucionais) afirmou nesta quinta-feira que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentará na próxima semana o projeto de ampliação da faixa de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 mensais.

A petista se reuniu com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para, segundo ela, acertar a estratégia para a tramitação das pautas prioritárias da agenda econômica no Congresso Nacional. “Semana que vem nós vamos apresentar o projeto da isenção do Imposto de Renda até R\$ 5.000”, disse. “Estamos acertando a agenda com o presidente Lula para fazer esse envio. Terminar os ajustes que têm de ser feitos, a Fazenda está terminando (de fazer a redação) e vamos marcar. Mas queremos enviar o mais rápido possível”, acrescentou.

Esse foi o primeiro encontro oficial de Gleisi com Haddad desde que ela assumiu o novo posto na segunda-feira. Na cerimônia no Palácio do Planalto, a petista buscou fazer um discurso de conciliação e fez acenos ao chefe da equipe econômica, de quem já divergiu publicamente. De acordo com Gleisi, outras pautas também são importantes para a área econômica, como a questão da limitação dos supersalários e da aposentadoria de militares. “Estamos acertando essas pautas prioritárias para a gente acompanhar de forma especial e com conversação muito de perto com os líderes e presidentes das Casas”, afirmou.

Em seu discurso de posse, Gleisi disse que atuará “respeitando os espaços e competências de cada um” e também mencionou como prioridade a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000 por mês - proposta anuncia-

da por Haddad no fim do ano passado. “Eu estarei aqui, ministro Fernando Haddad, para ajudar na consolidação das pautas econômicas desse governo. As pautas que você conduz e que estão colocando novamente o Brasil na rota do emprego, do crescimento e da renda”, disse.

A nova ministra, responsável agora pela articulação política do governo Lula, já travou embates com partidos da base aliada, bem como com o próprio ministro da Fazenda. Em 2023, sob a presidência de Gleisi, o PT aprovou documentos críticos à política econômica encabeçada por Haddad, classificada até de “austericídio”.

Questionada sobre medidas para reforçar o arcabouço fiscal, Gleisi afirmou que essa pauta não está no Congresso e que medidas “importantes” de ajuste fiscal foram aprovadas no fim do ano passado.

“Entregamos um resultado



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Petista se reuniu com Haddad (Fazenda) para acertar a estratégia da pauta

fiscal relevante esse ano, em 2023 tínhamos um déficit de quase R\$ 200 bilhões, o déficit desse ano em torno de R\$ 30 bilhões. É um ajuste relevante e várias outras medidas, inclusive pelo lado da receita, têm dado o equilíbrio.”

Entre as mudanças pedidas pelo governo no Ploa (projeto da Lei Orçamentaria Anual)

para 2025, está a redução de R\$ 7,6 bilhões do programa Bolsa Família. Segundo a ministra, foi feito um “ajuste”, não um “corte”. “Não mexe em nada com os beneficiários, foi um ajuste que tivemos de fazer para ter espaço fiscal para alguns outros programas, aí vai recuperando ao longo do ano”, disse.

Governo prevê corte de R\$ 7 bi no orçamento do Bolsa Família para incluir novos gastos

O governo federal pediu à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o remanejamento de R\$ 39,5 bilhões em despesas no projeto da Lei Orçamentaria Anual para 2025. Para acomodar novos gastos, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propõe cortar despesas de diversos ministérios e fundos.

Do programa Bolsa Família, a redução será de R\$ 7,6 bilhões. O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, diz que a redução considera os efeitos do pente-fino no programa social, que permitiu reduzir a previsão de despesas, e que não se trata de corte de beneficiários.

Há reduções também em di-

versos fundos e reservas de contingência de ministérios. Para atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de incluir o Pé-de-Meia no orçamento, o governo propõe um puxadinho. Vai destinar R\$ 1 bilhão para o programa na LOA, dinheiro insuficiente para custeá-lo até dezembro.

Segundo o relator do projeto do Orçamento deste ano, senador Angelo Coronel (PSD-BA), para dar conta dos outros cerca de R\$ 11 bilhões necessários ao custeio do programa, o governo enviará sucessivos projetos de lei, sempre que necessário, para abrir crédito extraordinário e remendar a LOA.

Randolfe disse que nos próximos 60 dias o governo deverá levantar novos remanejamentos possíveis para cumprir integralmente a determinação do TCU, que em fevereiro deu 120 dias para a inclusão da despesa com o programa no orçamento.

O Vale-Gás, cuja previsão no texto era inferior à necessidade do governo, terá R\$ 3 bilhões a mais, que serão somados as R\$ 600 milhões previstos na primeira versão do projeto. O governo planeja mudar o nome e o desejo desse programa, que passará a chamar Gás para Todos.

O ajuste de despesas que estará no projeto do Orçamento caso

o relator incluía o pedido do governo considera ainda acréscimos para Embrapa e Polícia Federal, para benefícios previdenciários e para o Benefício de Prestação Continuada Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para a Polícia Federal, o ofício enviado pelo Ministério do Planejamento à CMO prevê um acréscimo de R\$ 239,5 milhões, que consideram despesas para Interpol, administração de unidades, pagamento a servidores aposentados que se apresentem voluntariamente e para combate.

Originalmente, o projeto previa R\$ 1,552 milhão de orçamento para a força policial, dos quais R\$

330 milhões previstos para a manutenção do sistema de emissão de passaporte, controle de tráfego internacional e registro de estrangeiros. O valor final, com os acréscimos, ainda está abaixo da faixa entre R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2 bilhões que agradariam a PF.

O relator do projeto da LOA classificou os remanejamentos “questões de formalidades” e superadas as dúvidas com Vale-Gás e Pé-de-Meia, disse que o cronograma definido no final da semana passada está mantido: o novo relatório será votado na CMO na quarta-feira e pode ir para o plenário do Congresso na próxima quinta.

Três das cinco atividades de serviços caem em janeiro ante dezembro, mostra IBGE



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Recuo de 1,8% da atividade de transportes foi a principal influência negativa

Três das cinco atividades de serviços registraram perdas na passagem de dezembro para janeiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na média global, o volume de serviços prestados teve redução de 0,2% em janeiro ante dezembro.

Os recuos ocorreram em transportes (-1,8%), serviços prestados às famílias (-2,4%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-0,5%).

Na direção oposta, houve avanços em informação e comunicação (2,3%) e outros serviços (2,3%).

De acordo com o IBGE, três das cinco atividades de serviços registraram avanços em janeiro de 2025 em relação a janeiro de 2024. Nesse mesmo período, na média, o volume do setor de serviços teve uma alta de 1,6%, a décima taxa positiva consecutiva.

Os segmentos com crescimento foram informação e comunica-

ção (7,5%), serviços prestados às famílias (1,0%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (0,4%).

As quedas foram registradas por transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,6%) e outros serviços (-1,5%).

O índice de difusão - que mostra o percentual de serviços com crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior - passou de 53,6% em dezembro para 47% em janeiro.